

O difícil combate aos homicídios

LONGO CAMINHO: Especialistas apontam falta de uma política nacional para a segurança pública como um dos grandes entraves e apresentam propostas. **Páginas 8 e 9**

RICARDO DUARTE/INTER



FIM DE JEJUM Com o placar de 2 a 0 sobre o Goiás, o Inter voltou a vencer após cinco jogos e ainda tem possibilidade de ser campeão da Série B.

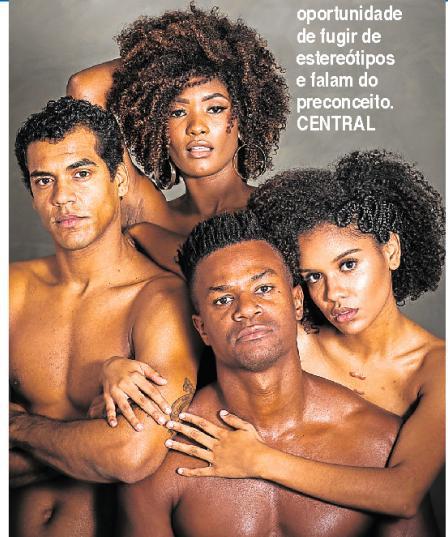


FORÇA RESERVA De olho no primeiro jogo da final da Libertadores, Grêmio poupa os titulares no jogo de hoje contra o Santos, na Vila Belmiro.



NEGRITUDE NA TELINHA

Atores celebram oportunidade de fugir de estereótipos e falam do preconceito. **CENTRAL**



FIQUE ATENTO

CONTINUA HOJE BLOQUEIO NO VIADUTO DA SCHARLAU

Página 5

FESTA DAS ROSAS

SÁBADO FOI DE ENDURO E MUITA LAMA TAMBÉM

Página 7

AGÊNCIA FOTOSITE



MODA

O VICHY É A ESTAMPA DA VEZ

Sabe aquele xadrez estilo mesa de piquenique? Pois ele é a grande aposta de padronagem para as coleções das passarelas internacionais.

Página 45



Longo caminho para

Inexistência de política nacional para a segurança pública gera ações reativas e não pró-ativas, mas protagonismo pode vir dos municípios, dizem especialistas

AMILTON BELMONTE

A violência no Brasil já ganhou carimbo de pandemia. Os números de guerra civil urbana crescem a cada ano de sul a norte, trazendo a constatação de que o País não tem uma política nacional de Segurança Pública e as polícias, apenas parte das instituições com responsabilidade na questão, agem de forma reativa e não pró-ativa ao

problema. As isoladas ações que tentam atacar essa doença partem na quase totalidade das vezes dos municípios, onde a violência bate à porta diariamente e acua o cidadão em espaços públicos e dentro de casa. A erva daninha chamada criminalidade ganha ilustração e números no Anuário da Segurança Pública, talvez o mais confiável documento nacional que mensura o tamanho da violência, sistematizando

estatísticas e, por isso, desafiando gestores públicos a soluções e alternativas.

Organizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e com dados consolidados de 2016, o Anuário 2017 explica diferentes crimes. Porém, vamos nos deter naquele considerado o principal e que atenta contra a vida. Em números absolutos, 54.356 homicídios aconteceram no Brasil no ano passado, em 40.159 ocorrências policiais regis-

tradas. A variação é 2,4% superior a 2015, quando o saldo havia sido de 52.675 mortes. Revela um percentual de 26,4% de assassinatos a cada 100 mil habitantes. No Rio Grande do Sul, conforme o Anuário, foram 3.260 homicídios em 2016, ou 268 a mais que os 2.992 do ano anterior. Dado que difere da estatística oficial da Secretaria da Segurança Pública (SSP-RS), de 2.608 mortes no ano passado.



RESPOSTAS PERPASSAM POLÍCIAS

Se os homicídios crescem a cada ano e são o retrato mais duro da violência, potencializando a sensação diária de insegurança e impunidade, quais as alternativas e soluções a essa chaga? "A primeira grande questão é de ordem cultural. Nos acostumamos a que respostas sejam dadas pelas polícias, mas as polícias são apenas uma parte da resposta possível", diz o jornalista, sociólogo e diretor do Instituto Cidade Segura, Marcos Rolim. Para ele, faltam políticas públicas integradas. "São raras as experiências em Estados. O Rio Grande do Sul é um exemplo. O que há aqui é uma postura reativa, que não aponta para prevenção e não enfrenta os fatores de risco da violência e do crime. Alimenta a indústria de violência contratando violência futura, que é o caso de superlotar presídios. As facções não se preocupam em recrutar, pois o Estado recruta", analisa Rolim, que em sua tese de doutorado debruçou-se na formação de jovens violentos e a relação com a educação. "Mostro com dados quantitativos que o recrutamento pelo tráfico está associado à evasão escolar. Mas o gestor da segurança não tem noção disso, acha que a solução é prendê-los. Por isso a polícia acaba dizendo que está enxugando gelo", contextualiza.

OS NÚMEROS NA REGIÃO

Dados da SSP-RS escancaram a violência sem precedentes também vivenciada na região e que pode ser ilustrada nos homicídios em seis cidades. A situação só não é alarmante em Gramado:

*1º de janeiro a 30 de setembro de 2017

**Janeiro a dezembro de 2016

Fonte: SSP-RS



ARTE ALAN MACHADO/GES

SEM METODOLOGIAS PREVENTIVAS

Advogado, mestre em Ciências Criminais e ex-secretário de Segurança Pública de Canoas, Alberto Koppitke entende que o número de homicídios no Brasil não é fruto do acaso, mas da omissão do Poder Público. "Não é que não se faça nada. E as cadeias lotadas estão aí pra provar que as polícias trabalham muito, o judiciário está assorebado. Mas não se tem uma política nacional de segurança, um plano organizado de metas, prioridades, de conhecimento científico para reduzir a violência", ilustra. Pondera que no País, quando se fala em políticas de segurança, opiniões pessoais e crenças são usadas para tratar a violência, na contramão de ensinamentos mundiais. "Há um conjunto de regras no mundo para prevenção, onde se trabalha com técnicas específicas, que vão desde a primeira infância, início da vida escolar, adolescência, que é o momento mais crítico, até metodologias de ressocialização. Um conjunto de métodos que você trabalha com evidências, mas que não se aplica aqui. Um exemplo concreto são as palestras sobre álcool e drogas para adolescentes. Dependendo da forma como se dá essa palestra, há indicativos de que pode até aumentar o uso. O Brasil é reativo apenas", argumenta Koppitke.



Alberto Koppitke

conter os homicídios

A VEZ DOS MUNICÍPIOS

A falta de uma política pública real para atacar o crime é também uma certeza do advogado, professor universitário e consultor em Segurança Cidadã Eduardo Pazinato. "Temos todo o recurso existente no Ministério da Justiça praticamente drenado para a Força Nacional de Segurança, num pressuposto que a política nacional de segurança se resume à força", critica. Pazinato observa que no Estado há limite orçamentário à segurança, mesmo com alguns esforços de recomposição desses valores no atual governo e que tentam suprir déficits históricos. Gargalos do setor, que no seu olhar, podem ser melhor equacionados a partir dos municípios. "Com uma governança integrada. Aposto muito mais numa sinergia de baixo pra cima, baseada em evidências, observatório de segurança, um novo papel das Guardas Municipais. E um dos caminhos pra isso é justamente o fortalecimento de uma agenda pública municipal, integrada ao Estado e à União, mas focada na perspectiva que precisamos fortalecer políticas de segurança e agregando a isso uma intervenção territorial. Em Novo Hamburgo, bairros como Kephas, Canudos e Vila Diehl são exemplos disso. Que essas intervenções, além da segurança, possam ser urbanísticas, de proteção social e de prevenção social da violência, pois são promotoras de direitos", destaca Pazinato.



Eduardo Pazinato

É POSSÍVEL REVERTER O QUADRO

Para Marcos Rolim, o atual cenário de alta dos homicídios e da insegurança pública é possível de ser revertido. "E por que temos essa convicção? Porque muitos outros países do mundo passaram por isso e a Colômbia é o melhor exemplo. Lá foi muito mais grave, o crime organizado matou um candidato a presidente, matava policiais, explodia aviões. Aqui não chegamos nem perto disso. E Bogotá e Medellin são mais seguras que Porto Alegre hoje", ilustra. Conforme Rolim, a virada deve começar por um viés técnico, com sustentação política. "O que está faltando são gestores dispostos a construir essas políticas e que trabalhem com base em evidências e não ideologias", enfatiza. Um dos indutores dessa mudança seria a rede pública escolar. "Termos escola capaz de acolher estudantes pobres e garantir a permanência nela. Se pegar a massa carcerária, 85% não têm ensino fundamental. É uma linha demarcatória pra escapar da prisão aumentar os níveis de escolarização. O segundo desafio é educar essa população marginalizada, excluída, transformar em cidadão, com políticas antibullying, construindo o respeito ao cidadão e a ojeriza à violência", defende Rolim.



Marcos Rolim

DEBATE IDEOLOGIZADO

Responsável pelo projeto de segurança regional que está sendo gestado pela Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos (Amvrs), Alberto Koppitke opina que imperam no Brasil os ranços culturais e ideológicos quando se discute segurança pública. "Se incorporou desde os anos 1950 e 1960, tem personagens que foram surgindo no Brasil, na mídia, na política, o populismo penal. Uma ideia e uma crença de que é preciso ir à guerra contra o crime, exterminar os bandidos. E isso ideologizou o debate, numa falsa premissa de defensores dos direitos humanos e defensores das polícias, e que não nos levou a lugar algum. Temos que sair dessa polarização e partir para a discussão técnica", opina.

UNIÃO TEM QUE LIDERAR VIRADA

No entendimento de Alberto Koppitke, cabe ao governo federal financiar a virada contra o crime e por baixo índices de homicídios e outros delitos. "Se os Estados modernizarem suas polícias, influenciarão municípios a acelerarem metodologias científicas, mas o que se sabe que funciona? O que vai mudar esse quadro são técnicas aprimoradas de polícia", acredita ele, enumerando que com R\$ 10 bilhões seria possível montar um plano. "Se o orçamento da saúde é 200 bilhões, da educação 120 bilhões, porque a segurança, que corrói essas outras, não pode ter um plano desses? Mas precisa induzir do lado certo, com a União colocando recursos e dando parâmetros técnicos de alto nível", destaca Koppitke.

SEMINÁRIO NA FEEVALE

"O protagonismo dos municípios na Segurança Pública". Título que dá nome a seminário que ocorre no dia 28, das 8h30 até 12h40, no prédio azul da Feevale, em Novo Hamburgo. Espaço para que cases diferenciados na segurança pública da região e de outras cidades, como Pelotas, Caxias e Passo Fundo, focados em ações pró-ativas, sejam apresentados e discutidos. A coordenação é da Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos (Amvrs). "Os municípios precisam mudar sua postura e assumir o tema da segurança como prioridade, não na visão tradicional. Não botar só a guarda reativa, mas a visão sob fiscalização administrativa. Trabalhar perturbação do sossego, consumo de álcool, pequenas brigas, iluminação, estimular uso do espaço público, a prevenção na infância e idade escolar, com prefeito liderando a mudança cultural", ilustra Alberto Koppitke, para quem a cidade é a chave de um novo conceito e concepção de segurança. "E não é mais custo para o prefeito. É usar o que já gastamos hoje, mas de uma forma integrada com saúde, assistência, montando planos integrados", exemplifica.

MAIS ESCOLA, MENOS CRIME

Em 2016, a Nota Técnica nº 18 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), sob título Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, trouxe estudo dos pesquisadores Daniel Cerqueira e L. Moura. Nele, a conclusão de que para cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos na escola há uma redução em potencial de 2% dos homicídios. O foco da pesquisa foi o efeito causal das oportunidades no mercado de trabalho e educacionais sobre a taxa de homicídios nos municípios brasileiros. A partir desse conjunto de informações, como micrdados do Censo Demográfico (IBGE) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), os autores concluíram duas coisas: não se conseguiu colher evidências de que a diminuição da idade de imputabilidade penal teria efetividade para diminuir crimes; e o médio para diminuir homicídios passa pela educação das crianças e jovens.

NEGROS, OS MAIS VITIMADOS

Com base no exercício econômico, controlando simultaneamente para sexo, idade, cor/raça, nível de escolaridade e unidade federativa de residência, Daniel Cerqueira e L. Moura estimaram na Nota Técnica 18 do Ipea que os homens negros possuem uma chance 66,9% maior de sofrer homicídio. Também, que homens com até sete anos de estudo possuem 15,9 vezes mais chances de sofrer um assassinato do que aqueles com nível universitário, o que mostra que a educação é um verdadeiro escudo contra os homicídios. Foi feita ainda uma estimativa contrafactual para um cenário em que todos os indivíduos com 15 anos de idade ou mais tivessem pelo menos ingressado no primeiro ano do ensino médio.